

# A HERANÇA DE SHARON

Ana Santos Pinto

«**A**mesterdão está morta, Paris está acabada, agora é tempo de Telavive». Esta frase, publicada num editorial do diário britânico *Guardian* e reproduzida na revista francesa *Elle* (Fevereiro de 2006), procura transmitir a actual realidade da capital económica de Israel. Telavive é hoje, de facto, uma cidade que não dorme. Cada dia é vivido com uma intensidade por vezes extenuante. Os eventos sucedem-se, pelo que ler jornais e ouvir noticiários faz parte da rotina diária.

Quem passeia pelas ruas desta cidade cosmopolita, olha as torres envidraçadas com dezenas de andares e se cruza com milhares de transeuntes que falam as mais variadas línguas pode imaginar que está numa qualquer capital do chamado «Ocidente» onde a globalização deu origem a um *melting pot* de culturas.

Na verdade, em Telavive encontra-se um pouco de tudo. Na gastronomia todas as regiões e sabores estão representados. O *sushi* faz sucesso, os restaurantes *thai* transbordam exotismo e até a *MacDonald's* se rendeu aos imperativos *Kasher* (regras alimentares da religião judaica) e em algumas das lojas não se vende *cheese-*

*burger*. Na moda, as principais marcas americanas e europeias marcam presença nos inúmeros centros comerciais, agradando a um público nada conservador. Na cultura, a agenda semanal – publicada na maioria dos jornais e nas mais diversas línguas – inclui teatro, dança, cinema, exposições e concertos para todos os gostos e disponibilidades financeiras. Telavive é por tudo isto o centro cultural do país, onde se denota um esforço por acompanhar – e debater – tudo o que de novo se faz na literatura, nas artes, no mundo.

No caso de Israel não foi a globalização que impulsionou a diversidade. Desde o início do século, e em particular após a declaração de independência em Maio de 1948, Israel tornou-se o destino de milhares de judeus, oriundos de todos os pontos do mundo, que aqui procuraram realizar um sonho – para muitos uma profecia –, construir um Estado judeu.

A diversidade que caracteriza a sociedade israelita está patente não só na língua – se percorrermos os diversos canais de televisão encontramos debates em árabe, filmes com legendagem em hebraico e russo e

até telenovelas brasileiras – mas também na gastronomia, na moda, nas tradições. A fórmula é proporcionar uma oferta o mais abrangente possível de forma a que todos se possam sentir incluídos num Estado em que a única coisa que existe em comum é o judaísmo, a ligação à «Terra Prometida» de Israel.

Contudo, este ideal está recheado de obstáculos, não só externos – que podem derivar de uma vizinhança hostil – mas também internos, já que as divisões no seio da sociedade israelita marcam de forma profunda a estrutura do país.

### **CONTRASTES**

Israel é um país de contrastes. O verde das montanhas da Galileia contrasta com o castanho do deserto do Negev. O cosmopolitismo liberal de Telavive contrasta com o conservadorismo religioso de Jerusalém.

Se é praticamente impossível passear em qualquer zona de Jerusalém sem nos cruzarmos com um *haredi* (judeu ultra-ortodoxo), o mesmo não acontece em Telavive. O bairro ultra-ortodoxo de Mea Shearim, às portas da Cidade Santa, não tem rival na capital económica, onde já poucos respeitam o *Shabbat* (dia de descanso semanal) e começa a ser difícil encontrar restaurantes *Kasher*. Como se diz em Israel: «Em Telavive para dançar, em Jerusalém para rezar».

Esta cisão entre religiosos e seculares, tão patente nas duas principais cidades do país, é também cada vez mais clara na sociedade israelita e resulta em problemas sociais, económicos, culturais e políticos. Os religiosos consideram que é funda-

mental manter as tradições que sustentam a religião judaica, financiar o ensino religioso (*Yeshivot*) e apoiar as famílias mais numerosas. Os seculares argumentam que os ultra-ortodoxos vivem à custa de subsídios do Estado, que resultam dos impostos de todos os cidadãos, e que em pouco ou nada contribuem para a produtividade do país.

Nos últimos anos a economia israelita desenvolveu-se no sentido do capitalismo liberal baseado na abertura do mercado. Após décadas de um sistema de base socialista, com o apoio à expansão urbanística, absorção de imigrantes e apoio social alargado – a que acrescem elevados custos com estruturas de defesa justificadas pelos sucessivos conflitos militares –, a economia do país entrou em crise. Foi com as medidas liberais de Binyamin Netanyahu, enquanto ministro das Finanças do governo de Ariel Sharon (Fevereiro de 2003 a Agosto de 2005), que a economia de Israel recuperou o fôlego. Contudo, a par do crescimento económico surgiram as disparidades sociais, com um distanciamento crescente entre ricos e pobres. Os cortes dramáticos no apoio financeiro às famílias e aos pensionistas provocaram uma crise social que continua a marcar a vida dos israelitas. Praticamente todos sentiram no orçamento familiar o peso das medidas de Netanyahu. E não o esqueceram quando a 28 de Março foram chamados às urnas para escolher o novo governo de Israel.

### **O «PAI» DA NAÇÃO**

Os israelitas anseiam por uma solução para o eterno conflito com os palestinia-

nos, desgastados pela violência da segunda intifada e por décadas de um processo de paz fracassado. A pressão demográfica aumenta – a inclusão dos territórios ocupados em 1967 poderá a médio prazo implicar que a maioria judaica de Israel se torne numa minoria no seio da comunidade árabe muçulmana –, os custos com o aparato de segurança são crescentes e, do ponto de vista económico, pouco há a ganhar com a absorção de Gaza e da Cisjordânia. Foi neste contexto que Ariel Sharon apresentou aos israelitas a solução para o principal problema do país: será Israel a definir unilateralmente as suas próprias fronteiras, primeiro retirando-se integralmente de Gaza, depois de parte da Cisjordânia.

No Verão de 2005 o país assistiu, praticamente em directo, às imagens de militares israelitas a expulsar – por vezes de forma violenta – colonos das suas casas, pouco tempo depois destruídas por *bulldozers*. Muitos desses mesmos colonos continuam hoje a viver em hotéis e pensões pagos pelo Governo, já que as infra-estruturas de realojamento ainda não estão concluídas.

Mas o mentor deste projecto era Ariel Sharon. Ao «pai» da nação tudo era permitido. Os israelitas acreditavam que só ele, pelo seu percurso e personalidade, poderia levar por diante esta tarefa que marcaria a história de Israel e mudaria a face do Médio Oriente.

A determinação de Sharon em mudar o destino de Israel ficaria ainda mais clara com o anúncio, em Dezembro de 2005, do abandono do Likud e a formação de um novo partido, o Kadima, que prometia

mudar o panorama político israelita. O bipolarismo Trabalhistas/Likud ficava fortemente ameaçado pelo potencial do «partido de Sharon» face às eleições legislativas agendadas para Março de 2006.

Foi por isso que a 4 de Janeiro todo o país ficou em choque com o internamento súbito do então primeiro-ministro. Em breve se saberia que o desaparecimento político de Ariel Sharon era, praticamente, uma certeza. O país ficava órfão do líder mais carismático dos últimos anos, o Kadima à deriva a três meses das primeiras eleições legislativas da sua curta história. Ehud Olmert, até então vice-primeiro-ministro responsável pelas pastas do Comércio e Indústria – e praticamente desconhecido na comunidade internacional –, passaria a assumir a chefia do Governo. Contudo, a cadeira de primeiro-ministro ficaria sempre vazia e o gabinete de Sharon desocupado.

### **AMEAÇAS EXTERNAS**

Mas Janeiro de 2005 trouxe outra notícia que deixou os israelitas em igual estado de choque. As eleições legislativas para a Autoridade Palestiniana, consideradas livres e justas pela comunidade internacional, resultaram na vitória do Hamas, um dos movimentos terroristas – assim definido por Israel, Estados Unidos e União Europeia – responsável por diversos atentados perpetrados contra cidadãos israelitas. O mundo – serviços de informação israelitas incluídos – parece ter sido colhido de surpresa. Os inúmeros casos de corrupção no seio de uma Autoridade Palestiniana liderada pela Fatah – movimento político que apoiava Yasser Arafat e, mais recente-

mente, Mahamoud Abbas –, as miseráveis condições de vida em Gaza e na Cisjordânia, a incapacidade da Autoridade Palestina em construir as infra-estruturas necessárias à formação de um Estado viável e independente e de corresponder às necessidades mais básicas da comunidade palestina, parecem não ter sido sinais suficientes para alertar Israel, e a comunidade internacional, de que a vitória do Hamas seria uma possibilidade.

Em Israel passou-se então a discutir a decisão do Governo em consentir a participação de um «movimento terrorista» nas eleições – resultado em grande medida da pressão americana – permitindo-lhe usufruir dos benefícios do sistema democrático quando não estava garantido o respeito pelos princípios básicos do processo de paz, como a renúncia ao terrorismo e o reconhecimento de Israel. A decisão tomada já por Ehud Olmert, mas que garante ter seguido as directrizes de Ariel Sharon, não estava isenta de críticas internas. Acresce o facto de o presidente da Autoridade Palestina, Mahamoud Abbas, ter chegado a colocar a hipótese de adiamento das eleições devido à crescente violência nos territórios. A comunidade internacional, nomeadamente o Quarteto (formado pelos Estados Unidos, ONU, Rússia e União Europeia), assim não entendeu e as eleições realizaram-se com normalidade.

Com o Hamas munido de uma legitimidade resultante da vitória nas eleições, restava a Israel desencadear todos os esforços diplomáticos possíveis para isolar o novo governo da Autoridade Palestina, impedir o seu reconhecimento internacio-

nal e os financiamentos que têm sustentado a sobrevivência das instituições palestinianas. As reacções da comunidade internacional corresponderam às expectativas israelitas, incluindo a União Europeia, entendida em Israel como tradicional apoiante da causa palestiniana e incapaz de compreender as ansiedades de segurança israelitas.

Mas à vitória do Hamas acresce o «perigo iraniano». O regime de Teerão, liderado pelo radical Mahmoud Ahmadinejad, afronta a comunidade internacional com o desenvolvimento de um programa nuclear – que garante ter fins meramente civis – mas que coloca em estado de alerta o sentimento de insegurança israelita. Ahmadi-nejad alimenta este temor cada vez que profere mais uma declaração sobre Israel. O Irão foi, aliás, um dos primeiros países que garantiu o apoio financeiro ao governo do Hamas, ao qual se juntou a Síria. Ao contrário, o Egipto e a Jordânia têm procurado seguir as directrizes da comunidade internacional, limitar contactos de alto nível com o novo governo da Autoridade Palestina e apelar à moderação de discurso do Hamas, nomeadamente através da aceitação das condições determinadas pelo Quarteto: reconhecimento de Israel, renúncia ao terrorismo e aceitação dos acordos previamente assinados pela OLP.

### **A ERA PÓS-SHARON**

É neste contexto que a 28 de Março se realizaram as eleições legislativas em Israel. A campanha eleitoral que as antecedeu ficou marcada por um sentimento de afastamento dos eleitores face aos partidos

políticos, sem precedentes na história do país. Nas véspera do sufrágio, cerca de 15 por cento dos israelitas não sabiam a quem atribuir o seu voto e muitos não tinham claro que valesse a pena ir às urnas. Isto não significa que o principal tema de conversa no país não fosse as eleições. Dos debates populares uma ideia ficava clara: ninguém estava à altura de substituir Ariel Sharon.

O afastamento dos israelitas face aos partidos políticos tem várias justificações. Em primeiro lugar, esta era a sexta eleição em catorze anos – o que dá um período médio de governo de cerca de vinte e sete meses – e os israelitas parecem cansados de recorrentes discursos eleitorais que não têm repercussão na actividade executiva. São as chamadas promessas não cumpridas. Por outro lado, o debate ideológico deixou de definir o panorama político em Israel. Se antes as discussões se orientavam por esquerda vs direita, ou ortodoxos vs seculares, hoje são as questões práticas que ditam a agenda de todos os partidos.

A necessidade de definição de fronteiras é comum – o mapa e o timing é que variam – e as questões de segurança que sempre estiveram no topo das prioridades eleitorais encontram agora rival nos problemas sócio-económicos, em muito devido à definição da agenda por parte do novo líder do partido trabalhista Amir Peretz. Ehud Olmert e o Kadima, que iniciaram a campanha com uma perspectiva de 40 lugares (em 120) no Knesset, tinham de provar ao eleitorado estar à altura da herança de Sharon. O novo líder reuniu à sua volta várias das principais figuras da cena política israelita – a maioria ex-

-Likud, como a actual ministra dos Negócios Estrangeiros Tsipi Livni ou o ministro da Defesa, Shaul Mofaz – mas também o histórico trabalhista Shimon Peres, que após perder as eleições para Amir Peretz decidiu abandonar o seu partido de sempre e juntar-se ao projecto político do seu antigo rival Sharon.

Olmert, um tecnocrata sem passado militar, é visto por muitos como um político apagado, sem capacidade de liderança, representando o oposto da imagem de Ariel Sharon. Recusando-se realizar debates com os adversários, Olmert optou por dar prioridade ao exercício da actividade de primeiro-ministro interino, poucas vezes participou em acções de campanha, talvez por recomendação dos seus conselheiros mais próximos. Nas entrevistas que deu aos principais órgãos de comunicação social – com quem aliás se diz ter boas relações – apresentou o seu plano para o futuro mapa de Israel, segundo as directrizes de Sharon, que terá como base um «alargado consenso nacional» e o apoio da comunidade internacional. O plano será realizado em quatro anos, após os quais Israel ficará «completamente separado da população palestina» e preservando uma «larga e estável maioria judaica». O plano de Olmert, e a herança de Sharon, conseguiram conquistar 29 lugares no Parlamento, bastante aquém do resultado previsto aquando do internamento do antigo primeiro-ministro.

Olmert tinha à partida a vitória assegurada, como aliás o próprio fez questão de declarar. Contudo, o líder do Partido Trabalhista, o antigo dirigente da União de Sindicatos, Amir Peretz, não se resignou e

fez todos os esforços para apelar ao voto daqueles para quem as questões sócio-económicas estão no topo das prioridades. Peretz defende uma negociação com o presidente da Autoridade Palestiniana – com quem aliás se encontrou durante a campanha eleitoral – mas apoia a política de acções unilaterais por parte de Israel caso não exista parceiro para as negociações. Mas as bandeiras eleitorais dos trabalhistas não se baseavam em questões de segurança ou política externa, mas sim no aumento do ordenado mínimo para mil dólares, aumento das pensões, extensão dos regimes de apoio social e redução do trabalho temporário. Estes são, sem dúvida, temas caros aos israelitas e renderam-lhe 19 lugares no Knesset.

As grandes surpresas destas eleições foram o fracasso do Likud, de Binyamin Netanyahu, e o sucesso dos considerados «pequenos partidos», em particular o Gil, partido dos pensionistas, que de zero lugares no parlamento passou a ter sete deputados, todos eles com mais de 70 anos.

Nem a vitória do Hamas nem as ameaças do Irão foram suficientes para fazer os israelitas aderir ao discurso securitário de Netanyahu – cujos anúncios de campanha mostravam aviões civis israelitas a serem alvos da mira dos terroristas – e esquecer as medidas que num passado recente tão fortemente puniram as classes média e baixa de Israel. O Likud não conseguiu mais de 12 lugares no Parlamento, o mesmo que o partido religioso Shas.

Perante o fracasso de Netanyahu – que agora terá de enfrentar a oposição interna no Likud e reconstruir o partido – o líder

da direita israelita é agora Avigdor Lieberman, do Israel Beiteinu, um partido nacionalista cuja base de apoio é, essencialmente, a comunidade russa. Uma das medidas propostas pelo partido de Lieberman é retirar a cidadania israelita aos árabes que vivem em Israel e transferi-los para zonas sob a administração da Autoridade Palestiniana. O Israel Beiteinu obteve 11 lugares no Knesset.

O debate sobre a futura coligação que unirá o Kadima aos trabalhistas (e provavelmente incluirá os pensionistas, Israel Beiteinu, Shas e ultra-ortodoxos) e a escolha dos próximos ministros – prevê-se que o Governo tenha mais de vinte ministérios, como forma de incluir todos os membros da coligação – faz agora as delícias dos jornais.

Não seria surpreendente que o sistema de apostas, tão popular em Israel, incluísse as nomeações ministeriais. Contudo, talvez a iniciativa não tivesse sucesso já que os israelitas não parecem convencidos de que alguma coisa vá realmente mudar.

A 14 de Abril, Ariel Sharon deixou de ser, formalmente, primeiro-ministro de Israel. Contudo, a cadeira nas reuniões do Governo, ainda em exercício, continua vazia. Da mesma forma, o lugar de Sharon no novo Knesset – que tomou posse no mesmo dia em que mais um atentado terrorista abalou Telavive – não foi preenchido. As possibilidades de recuperação de «Arik» (nome como é conhecido em Israel) são praticamente inexistentes. Mas a esperança mantém-se: se Arik estivesse aqui tudo seria com certeza diferente. **RI**

27 DE ABRIL DE 2006